

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

Construção, interfaces e
perspectivas no Brasil

Versão Eletrônica
(PDF)



Norma Valencio
Mariana Siena
Victor Marchezini
Juliano Costa Gonçalves
(orgs.)

© 2009 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Versão Eletrônica

Desenho da Capa: Arthur Valencio

Belerofonte sobre Pégaso matando a Quimera – alusão à escultura datada de 450 A.C..

S681s

Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil / organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

280 p. il.

ISBN – 978-85-7656-165-1 (PDF)

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3. Defesa civil. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.

CDD – 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3372-3238

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
DO ESTIGMA ÀS LIMITAÇÕES DA VIDA COTIDIANA EM CIRCUNSTÂNCIAS DE
RISCOS E DE DESASTRES RELACIONADOS ÀS CHUVAS¹**

DÉBORA GERALDI

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna é repleta de novas práticas, tecnologias e inovações que possuem como objetivo a suposta melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, autores como Beck (1997), acreditam que seria essa máquina de “produzir conforto” quem colocaria em risco a vida das pessoas, pois as melhorias acabam apenas substituindo determinados riscos, por outros. Logo, esse “progresso”, por muitas vezes apenas amplia a ameaça para a população, sendo que esta pode entender como normais certas práticas sociais e econômicas que, na verdade, possuem altas probabilidades de geração de danos materiais e efeitos na dimensão simbólica. As concretizações dessas ameaças são os denominados desastres, caracterizados como sendo uma forma de interação entre a construção social e um acontecimento físico (VALENCIO et al., 2006).

Embora as ameaças de origem tecnológica sejam as mais retratadas pela literatura científica, ameaças de origem natural precisam ser também consideradas como fatores de interação preocupante, devido à vulnerabilidade do meio sócio-cultural. No caso brasileiro, as chuvas aparecem como catalisadores de vários desses eventos: a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) considera que durante o período de 2003 a 2006, 5.777 municípios brasileiros tiveram o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional de sua situação de emergência ou de estado de calamidade pública, sendo 1.517 desses reconhecimentos relacionados às chuvas. Em 2003, 7.476.596 pessoas foram afetadas; enquanto em 2006 este número saltou para 12.548.701 pessoas, ou seja, um aumento aproximadamente de 68% (BRASIL, 2007).

As chuvas quando em contato com o meio sócio-cultural – com cidades construídas de formas desordenadas – acarretam os mais diversos tipos de danos e prejuízos, em decorrência de enchentes, enxurradas e deslizamentos de encostas, constituindo-se assim numa ameaça e demonstrando problemas causados ou “camuflados” pelo ordenamento territorial, cuja capacidade de suporte ambiental é flagrantemente desrespeitada. É importante ressaltar, que elas não são a causa em si dos problemas, atuando apenas no sentido de “revelar” o risco latente naquele território.

1. Apoio: CNPq.

E, mesmo que não afetem todas as camadas sociais igualmente, não seria correto afirmar que os bairros de classe alta, ou população de renda média e alta, não sofram algum tipo de transtorno com as chuvas, pois, nas ligações entre os bairros, num ordenamento territorial que aparta, mas, ao mesmo tempo avizinham pobres e ricos, sempre ocorrem problemas para as rotinas de ambos. Os danos imateriais – de significados emocionais e simbólicos para os afetados – também são muitos. Além das pessoas possuírem rotinas que podem ser facilmente rompidas com os transtornos decorrentes das chuvas, começando pelas rotinas familiares e estendendo-se ao ambiente de vizinhança e de trabalho, elas também sofrem devido ao apego à moradia que é destruída, assim como com a morte de entes queridos em virtude de descargas elétricas, enxurradas, desabamentos e outros. A partir disso, inúmeras pessoas precisam abandonar suas casas, e se alojar em abrigos temporários, no qual terão seus papéis, hábitos e rotinas modificados, e passarão a conviver com outras famílias, com lógicas de funcionamento distintas.

São diversas as situações de vivência reveladas pelas chuvas, podendo inclusive culminar em uma situação de desastre. Também são diversas as representações e práticas sociais que porventura a população possa ter a respeito do problema e frente aos riscos gerados, variando de grupo para grupo. Assim, a fim de se obter uma compreensão sociológica adequada acerca dos danos relacionados com as chuvas, é necessário conhecer cada um desses grupos nos quais as especificidades de sua vulnerabilidade irão se evidenciar – no sentido de que surgem desafios diferentes quando comparados grupos de pessoas diferentes.

Neste estudo ocorreu a tentativa de analisar sociologicamente as representações das pessoas com deficiência, mais precisamente das pessoas com deficiência visual, com relação tanto às situações de normalidade envolvendo a chuva, como também em situações de desastres, especificamente quando a pessoa com deficiência se dirige a um abrigo temporário. É importante considerar o grupo, pois apesar dos inúmeros avanços no aparato legal em seu favor, muitas leis, principalmente no que concernem às barreiras arquitetônicas, não são colocadas em prática e, assim, o grupo acaba se tornando vulnerável devido a sua dependência com relação aos outros, e quando é exposto a uma situação de chuva ou desastre se torna ainda mais vulnerável, pois rotinas pré-estabelecidas acabam sendo modificadas.

Para tal estudo, foram realizadas entrevistas junto a pessoas com deficiência visual residentes na cidade de São Carlos/SP – município que apresenta chuvas fortes na estação de verão – a respeito de situações nas quais a pessoa se encontrava na via pública. Também foram realizadas entrevistas no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de Sumidouro, onde chuvas geraram tal nível de danificação e destruição que obrigou os moradores afetados a irem a abrigos temporários. Com essas duas abordagens distintas – situação de “normalidade” e de desastre – puderam ser analisadas as dificuldades oriundas daquilo que é considerado um aborrecimento mais corriqueiro – tal como obras públicas intrafegáveis – como também situações nas quais as suas casas tinham sido soterradas, alagadas e, em muitos casos, levadas pelo rio em enxurrada. A interpretação das dificuldades específicas do grupo pode contribuir

para a reflexão sobre as melhores práticas que serão adotadas em favor dele num momento de risco (VALENCIO et al., 2006).

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA DEFICIÊNCIA

Nas palavras de Goffman: “na concepção grega os estigmas eram sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p.11). O estigma seria então um tipo de relação entre o atributo (sinais) e estereótipo, e que acaba por resultar em uma depreciação da pessoa frente à sociedade e possivelmente, por ela mesma. Nas pessoas com deficiência visual, os sinais visíveis estão presentes à primeira vista, ou seja, percebe-se logo num primeiro contato a deficiência.

Na antiguidade, tais pessoas eram excluídas da vida social, atitude relacionada com os ideais morais da época, nos quais a eugenia e a perfeição do indivíduo eram muito valorizadas. Com o Iluminismo e a Revolução Industrial, a concepção de deficiência sofreu alterações, grande parte devido ao avanço da medicina e da ciência. Assim, surgiu o modelo médico de deficiência, que a considerava como uma variação normal da espécie humana, do saudável, pois um corpo com deficiência somente se delimita como tal ao ser comparado com um corpo teoricamente sem deficiência, por um “corpo padrão”. Essa linha de pensamento foi uma criação discursiva do século XVIII, na qual a deficiência era vislumbrada como um problema individual, como uma expressão de uma restrição de funcionalidade (DINIZ, 2007).

Em uma tentativa de contrapor-se a esse modelo, surgiram na Inglaterra, por volta dos anos 70, os primeiros esboços do modelo social da deficiência, que defendiam a idéia de que a desigualdade só é vivenciada porque a sociedade é pouco sensível a uma diversidade de estilos de vida. Para eles, por exemplo, a dificuldade de locomoção “não deveria ser entendida como uma tragédia pessoal fruto da loteria da natureza, mas como um ato de discriminação permanente contra um grupo de pessoas com expressões corporais diversas” (DINIZ, 2007, p.19). Articularam, então, uma resistência política e intelectual ao antigo modelo médico, que atribuía à deficiência um problema individual ao invés de entendê-la como uma questão social. Desse modo, as causas da opressão e discriminação não estariam nas seqüelas, mas sim, em barreiras sociais, dificultando ou impedindo diversos fatores da vida da pessoa com deficiência (DINIZ, 2007).

Num segundo momento, o modelo social da deficiência passa por uma reestruturação. Ocorre graças à entrada de abordagens pós-modernas e de críticas feministas nos anos 1990 e 2000, e ficou intitulado como a segunda geração do modelo social. Essa segunda geração deixou claro que se forem considerados os papéis de gênero e a experiência do cuidado, muitos pilares do modelo social da deficiência seriam desestabilizados. Agora, nos estudos são inseridos debates a respeito do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e também da interdependência. A abordagem do segundo modelo – mais subjetiva – diferentemente do primeiro, não se embasou apenas nos discursos das próprias pessoas com deficiência, mas também nas pessoas que possuem o papel

de “cuidadoras”. A discussão começou a considerar novos aspectos, como a dor, e o que significaria viver em um corpo lesionado. No entanto, não surge no sentido de encerrar as discussões realizadas pelos primeiros teóricos, mas sim, no de complementar/aprimorar, pois de acordo com o segundo modelo, são as estruturas sociais que oprimem as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

Há uma grande preocupação por parte desse modelo em não se converter num bloco opositor às conquistas argumentativas que o primeiro modelo social até então conseguiu. A discordância principal em relação à primeira geração é a respeito do argumento de que a eliminação das barreiras permitiria a demonstração de toda a capacidade e potencialidade produtiva, ou seja, uma total independência. Para a segunda geração essa posição demonstraria uma insensibilidade à diversidade de experiências, pois alguns casos de deficiência jamais terão habilidades para a independência. É importante analisar subjetivamente e reconhecer que o corpo lesado impõe dor ou sofrimento, afinal, em algum momento da vida todas as pessoas são dependentes, seja na infância, na velhice ou na experiência de doenças e, portanto, a idéia da igualdade pela interdependência demonstra-se como um princípio mais adequado para reflexão do que a idéia de independência (DINIZ, 2007). E logo, apenas eliminar as barreiras não seria suficiente para alguns tipos de deficiência.

Nota-se que discussões a respeito da deficiência são extensas, e sempre com “uma infinidade de concepções, que foram se alternando de acordo com as visões de mundo, de homem, de sociedade e de moralidade de cada região e em diferentes intervalos de tempo” (MARQUES, 1998, p.105). A concepção atual, no caso, é extremamente ligada à idéia de “capacidade” e “incapacidade”, normalmente relacionada à produção. Esse grupo, por não produzir, é colocado em uma condição de inferioridade corpórea e de incapacidade produtiva, gerando uma estratificação, com limites muito claros com relação às possibilidades de realização pessoal, profissional e afetiva de seus membros (MARQUES, 1998).

Nos últimos tempos, principalmente com os avanços dos direitos humanos, ocorreram melhorias no Brasil no que se diz respeito aos direitos conquistados. Essas leis procuram englobar a maior parte das necessidades das pessoas com deficiência, sempre no sentido de aumentar sua inserção social. No entanto, muitos acreditam que mesmo com as leis, com os direitos conquistados, a população ainda não mudou sua forma de pensar, exprimindo pena da pessoa com deficiência, até se sensibilizando, mas nada além: “a mudança na forma de tratamento das pessoas com deficiência não ocasionou uma mudança completa na consciência e na mentalidade da população em geral” (MARQUES, 1998, p.111). Essas discussões sobre as diferenças sempre tendem a acabar caindo na idéia de tolerância, ou seja, não resolvendo o problema.

Tendo essa discussão em vista, este trabalho caminha em conjunto com a idéia de interdependência, proposta pela segunda geração do modelo social, principalmente por estar de acordo que para algumas formas de deficiência a total independência não seria possível. No entanto, isso não significa que se deve parar de pensar na eliminação das barreiras (qualquer tipo de barreira), pois a

existência destas mostra que não estão sendo respeitados os diferentes modos e estilos de vida existentes.

2. SOCIEDADE DE RISCO E VULNERABILIDADE

No Brasil chamam a atenção os desastres de origem natural que resultam do “conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p.111). As chuvas, as quais, devido à má estruturação presente na grande maioria das cidades brasileiras, ocasionam muitas vezes inúmeros transtornos, como a interdição de vias públicas devido ao transbordamento de rios ou entupimento de bueiros, ou então, provocando enchentes nos rios, alagando casas próximas.

De acordo com Valencio et al. (2005), chuvas cada vez menos volumosas revelam cenários de calamidades, pois o processo de fixos e fluxos é vulnerável à água que cai. E com isso, os trânsitos se complicam, moradias são destruídas, assim como os comércios, e por fim, as pessoas sofrem os mais diversos tipos de danos. Por muitas vezes, a cidade pára. Todos estão sujeitos a ser afetados, no entanto, nota-se que os danos na maioria das vezes não ocorrem de forma homogênea: algumas realidades especiais são consideradas mais vulneráveis do que outras, não por conta do evento físico em si, mas devido à interação desse evento físico com os fixos e fluxos no qual aquela população está inserida.

Portanto, a vulnerabilidade está diretamente ligada com dois aspectos: com o modo de ocupação do território, normalmente seguindo a equação: classes mais pobres ocupando áreas ambientalmente mais suscetíveis; e também com as especificidades de diversos subgrupos na sua vida diária (VALENCIO et al., 2006). Entre os subgrupos mais vulneráveis estão mulheres, idosos, crianças e as pessoas com deficiência. Cada um com dificuldades particulares diante das chuvas. As pessoas com deficiência, que já enfrentam uma série de adversidades diárias devido às barreiras arquitetônicas, dificuldades de inserção na vida social, entre outros, encontram esses transtornos com proporções maiores e, em situações como essas, percebe-se que o grupo necessita de ajuda especial, principalmente ao serem resgatados por profissionais da Defesa Civil.

Mas o que seria considerado vulnerabilidade? Segundo Acselrad (2006) se com a noção de risco se procura estimar a probabilidade da ocorrência de um agravo em um determinado grupo, com a noção de vulnerabilidade se procura julgar a suscetibilidade desse mesmo grupo com relação a esse agravo. Para o autor, a vulnerabilidade comumente está conectada a uma exposição aos riscos, designando uma maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infra-estruturas ou os três sofrerem infortúnios. No entanto, existem também os fatores subjetivos: ocorrem distintas concepções do que é tolerável ou não numa dada condição de existência. A condição de vulnerabilidade, além de ser socialmente construída, é também sempre definida a partir de um ponto de vista, sendo que “os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares,

inaceitáveis” (ASCELRAD, 2006, p.3). Assim, cabe-se sempre analisar o contexto social envolvente.

Com relação à vulnerabilidade ambiental, os manuais de Defesa Civil reconhecem algumas áreas com maiores propensões a riscos, assim como consideram extratos populacionais dentro dessas áreas mais vulneráveis aos desastres, como os idosos, crianças, enfermos, pessoas com deficiência física, pessoas desnutridas e mulheres nos últimos meses da gestação (BRASIL, 1999). De acordo com a Defesa Civil, a pessoa com deficiência física é considerada mais vulnerável por conta da sua menor capacidade física. Segundo o manual de Planejamento em Defesa Civil, os idosos, deficientes físicos e desnutridos, em função de sua menor capacidade física, são mais vulneráveis aos desastres e devem ser objeto de programas especiais de proteção (BRASIL, 1999). No entanto, o referido manual não inclui outros tipos de deficiência, como a visual.

Presume-se que aos poucos ocorram mudanças nos manuais de Defesa Civil, no sentido de melhor considerar as necessidades das pessoas com deficiência, e cada tipo de deficiência, pois a última “Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência”, ocorrida em 2008, analisando o cenário de Mudanças Climáticas e, conseqüentemente, o aumento do número de desastres globais, atribui ao Estado – e no caso, a Defesa Civil – formas de defesas e atuações contra danos, garantindo os direitos do grupo. Consta na Convenção:

Cabe à Política Nacional de Defesa Civil de cada Estado promover a integração entre as demais políticas nacionais, especialmente as políticas de desenvolvimento social, econômico e de proteção ambiental, o implemento de programas de mudança cultural e treinamento de voluntários objetivando o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e conscientes de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres (BRASIL, 2008).

3. AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NUM CONTEXTO DE CHUVAS

As entrevistas realizadas no município de São Carlos/SP junto a pessoas com deficiência visual levantaram primeiramente uma série de críticas no que tange aos problemas de infra-estrutura da cidade, considerada pelos entrevistados como pouco acessível. Assim, de uma forma bem prática, elencaram como os principais problemas encontrados na via pública, as calçadas com grandes degraus, com buracos, remendos e sem rampas; a existência de lixeiras e orelhões maus posicionados; garagens sem sinalizações no centro comercial; propagandas de lojas em locais inadequados; a falta de rampas em locais comerciais, ou então rampas desproporcionais cujos ângulos estão fora dos padrões; calçadas com jardins diminuindo o espaço; faróis sem sinal sonoro etc. Segundo relatos, são comuns os machucados para as pessoas com deficiência visual que decidem “se aventurar” sozinhas, pois, cada objeto estranho, fora do lugar e que impeça a passagem pode causar uma situação constrangedora, além de danos físicos para a pessoa.

Nos últimos tempos inúmeras leis foram impostas no sentido de tornar o ambiente acessível para todos, no entanto isso requer grandes investimentos em infra-estrutura. Por conta disso, algumas cidades brasileiras têm um grau bom de acessibilidade e outras não possuem nenhuma. Como já dito, isso acarreta para a pessoa com deficiência uma vida reclusa dentro de sua casa, ou então grande dependência para com outras pessoas, pois sempre precisará de ajuda para realizar suas atividades na via pública. Não que aqui seja defendido que com a plena existência de acessibilidade a pessoa com deficiência seria 100% independente, pois como já dito, todos passam por situações ao longo da vida (e faixas etárias) em que somos dependentes de alguém para realizar alguma coisa. Mas que seja pensado no sentido de proporcionar para a pessoa uma maior inserção na sociedade.

Pode parecer, à primeira vista, lugar-comum as dificuldades apresentadas, pois estas são do conhecimento de grande parte da população. Mesmo assim, nota-se que mesmo com a legislação as mudanças não ocorrem e, muitas vezes, nossas próprias práticas, por não terem incorporado a necessidade de respeitar as diferenças, acabam prejudicando a locomoção de uma pessoa com deficiência visual ao colocar, por exemplo, o carro estacionado em cima da calçada, ou então, construir um jardim na calçada de uma forma que impeça a passagem. Não deixa de ser uma forma de violência simbólica – “violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p.7) –, pois auxilia na exclusão da pessoa com deficiência física da vida social, inclusive, podendo causar situações constrangedoras como quedas, trombadas etc. A violência simbólica repousa na imposição de categorias de percepção do mundo social, e assim, impõe-se e faz com que os indivíduos vejam como naturais as representações ou as idéias sociais dominantes.

Consequentemente, se a situação da via pública em São Carlos/SP já é pouco acessível sem as chuvas, quando estas ocorrem, atuam no sentido de piorar os problemas já existentes. Uma das frases mais retratadas pelos entrevistados foi: “se já é difícil sem chuva, imagina com...”.

Quando chove as calçadas tornam-se escorregadias, isso quando não alagam dificultando a caminhada, principalmente quem precisa usar bengala e guarda-chuva ao mesmo tempo. Nesse período de chuvas, outro problema são as bocas de esquina mal tampadas ou nem tampadas, deixando intransitáveis as ruas e calçadas (A., 23 anos).

Eu já me perdi, por exemplo, uma vez no caminho de casa quando deu uma tempestade muito forte, e era de noite. Eu desci do ônibus e meu bairro não tinha asfalto, eu fiquei sem saber onde estava pisando, no temporal tudo emendava e eu fiquei sem referencial. Então, dentro do bairro que eu morava há dez anos eu tive dificuldade para chegar à minha casa. Eu não conseguia nem localizar a rua e nem a entrada da minha casa (M., 40 anos).

A chuva, como demonstrou a literatura, revela uma série de problemas que antes não eram percebidos, e contribuem para aumentar o risco graças aos problemas de infra-estrutura presentes no território. Assim, são relatados como principais problemas: o fato de algumas calçadas se tornarem mais escorregadias, o que facilita quedas; os inúmeros buracos e bueiros destampados que se enchem de água, criando o risco de a pessoa escorregar dentro deles, e as calçadas mal feitas, pois é impossível distingui-las da rua. É importante deixar claro que a culpa não é do fenômeno chuva por si só, pois há transtornos, como ficar molhado com a água, que todos estão suscetíveis a passar. No entanto, o problema se dá quando o local se encontra com problemas de infra-estrutura e que tornam impossível o ir e vir de uma pessoa com deficiência visual quando esta, por exemplo, é pega de surpresa pela chuva. Por conta disso, a maioria dos entrevistados fica com o medo de sair de casa, ainda maior em dias de chuvas:

Então para a gente o dia de chuva é de fato o pior dia, prejudica a locomoção terrestre, prejudica a audição e você perde a noção de espaço, conseqüentemente você tromba muito mais vezes, você percebe menos os postes, as árvores. Às vezes eu estou numa rua e de repente acaba uma calçada sem mais sem menos, isso atrapalha (M., 40 anos).

Com isso, percebe-se que a chuva, um fenômeno natural, acaba revelando problemas de infra-estrutura do território, e que acaba gerando inúmeras situações constrangedoras para a pessoa com deficiência visual. Contudo, as situações até aqui apresentadas não são propriamente consideradas desastres por não interromperem de forma total o andamento das atividades locais mas, mesmo assim, não devem ser postas de lado com relação às melhorias que podem ser realizadas, no sentido de proporcionar melhores condições de acessibilidade e, em consequência, a inserção social da pessoa com deficiência, pois de nada adianta leis que prevêem vagas em postos de trabalhos, garantia de vagas na escola, entre outros, se a via pública não propicia que a pessoa chegue sem maiores contratempos ao seu destino.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE ABRIGOS TEMPORÁRIOS

A outra situação aqui analisada é o remanejamento dos afetados para um abrigo temporário, no qual permanecerão por um tempo indeterminado. Os afetados nesse caso são denominados desabrigados, os quais se caracterizam por não encontrarem nenhum tipo de apoio entre sua vizinhança, amigos ou parentes para alojar-se temporariamente em suas moradias, e são encaminhados para um abrigo temporário, no qual suas rotinas são modificadas, e sua privacidade, uma vez encontrada no lar, minimizada (VALENCIO et al., 2008).

A condição de desabrigado é sujeita aos mais diversos tipos de estigmatização, pois todas as suas práticas, rotinas e hábitos, transformam-se, e a pessoa encontra-se sem amparo, vivendo da ação de assistências: do Estado, de parentes, ou da própria comunidade. Os indivíduos ficam à margem, perdendo sua independência, sua privacidade, tendo que aprender a viver com outras famílias, refazer toda a sua rotina diária e muitas vezes sendo obrigados a passar

por situações até mesmo perigosas, como confrontos de facas, armas e discussões – em razão do elevado nível de stress que envolve a privação dos bens essenciais –, e que colocam em risco a sua própria vida.

Para uma pessoa com deficiência, as dificuldades também tomam proporções maiores dentro de um abrigo temporário. Principalmente por não estar mais dentro de sua própria casa, cuja rotina já foi adaptada e a pessoa já possuía autonomia suficiente para se locomover e realizar suas atividades, ou seja, aquilo já lhe é familiar. Quando no abrigo, ela terá, necessariamente, que criar novas familiarizações e rotinas, por exemplo, uma pessoa com deficiência visual, terá que fazer um demorado reconhecimento do território, e só depois de algum tempo poderá se locomover normalmente: o trabalho de reconhecimento do local por um cego é demorado, ele tem que passar pelos locais inúmeras vezes, acompanhado por pessoas que o guiam, e só assim decorará as coordenadas do local.

Além desse aspecto, surge outra dificuldade, acarretada pela falta de estrutura adaptada para as eventuais necessidades encontradas: a maioria dos abrigos acaba sendo organizada a partir de escolas públicas, e são poucas as que possuem uma adequação para o grupo – principalmente pessoas com deficiência visual e física –, ou seja, com rampas de ângulos correto, banheiros adaptados e fácil acesso aos locais mais importantes como dormitórios e cozinha. Também, em alguns casos, elas precisam de cuidados médicos especiais, atendimentos, ou mesmo remédios, ou seja, necessidades que nem sempre são consideradas e atendidas.

Para esta pesquisa foi visitado, em janeiro de 2007, o abrigo temporário no município de Sumidouro/RJ. A população do município era de 14.176 habitantes, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2000). O número de desabrigados era de 1.554, os quais estavam distribuídos em cinco escolas, conforme informações cedidas pela Subsecretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro.

O abrigo temporário observado em Sumidouro apresentava boas condições estruturais para receber uma pessoa com deficiência, principalmente visual, pois a escola pública que serviu à essa função era projetada com rampas, que facilitam o acesso aos locais importantes, como sanitários e salas de aula que serviam como dormitórios. O preocupante é a situação dos desabrigados, que ficam muito fragilizados devido ao ocorrido. Foi encontrada nesse abrigo, uma pessoa com deficiência visual, que tinha seu caso um pouco mais agravado porque rodovias que ligavam a cidade a outros municípios haviam sido bloqueadas por quedas de barreiras, e ela precisaria de tratamento médico. E assim, estava no abrigo sem a possibilidade de conseguir tratamento, sobrando como única alternativa esperar que a situação de calamidade se resolvesse.

Embora esse abrigo oferecesse boas condições para a pessoa com deficiência visual, muitos outros não fornecem suporte algum, e deve-se sempre levar em consideração que não só sejam contempladas as pessoas com deficiência visual, mas sim, todas as deficiências. De acordo com as observações, notou-se que, no mínimo, os abrigos temporários devem contar com: intérpretes

para haver comunicação com pessoas com deficiência auditiva, acessibilidade – esta incluindo ausência de degraus, rampas com ângulos corretos, fácil acesso a locais importantes como banheiros, dormitórios, cozinha e área de lazer –, alimentação específica no caso de alguma doença especial, assim como medicação e presença de médicos e profissionais da saúde.

Além disso, é necessário que exista sempre supervisão dos gestores para acompanhar o andamento do abrigo e a convivência da população ali presente, a fim de evitar discussões e brigas, atos que podem colocar em risco a vida do desabrigado. Acompanhamento psicológico com as vítimas também é recomendado, pois estas estão sob forte nível de stress devido ao acontecimento do desastre, as perdas de bens e possivelmente de entes queridos. Este último ponto é imprescindível para a pessoa com deficiência, normalmente mais vulnerável emocionalmente devido às dificuldades diárias. Recomenda-se, assim, que o Manual de Administração de Abrigos Temporários produzido recentemente (em 2006) pela autoridade estadual em Defesa Civil do Rio de Janeiro seja melhorado quanto aos procedimentos de contato e interação com o grupo a fim de garantir que seus direitos e sua dignidade sejam de fato considerados.

CONCLUSÕES

Tendo em vista a discussão até então realizada, podemos perceber primeiramente que, ao compararmos a atual situação das pessoas com deficiência com a sua situação de épocas passadas, houve um considerável avanço: o grupo conseguiu se unir e garantir seus direitos, principalmente o de ser inserido na sociedade em que vive. Contudo, mesmo com os direitos conquistados percebe-se que a discriminação ainda ocorre, e continuam sendo estigmatizadas, vítimas de violências simbólicas. Por conta disso, os direitos conquistados, como a inclusão na educação, no trabalho, ainda estão distantes de ocorrerem plenamente. Por meio das entrevistas realizadas, nota-se que as pessoas com deficiência visual encontram diversos problemas no âmbito das vias públicas, que não são preparadas para que elas se locomovam e exerçam suas atividades por si só, fazendo assim com que se machuquem, ou fiquem sempre na dependência de outros. Percebendo então a dificuldade que o grupo encontra em sua vida e rotina diária, uma situação de risco, como é o caso de desastres relacionados aos perigos hidrometeorológicos, atua no sentido de prejudicar ainda mais a vida das pessoas com deficiência, pois se já não conseguem a sua independência em condições normais, dificilmente conseguirão esta independência em uma situação de risco. Tirando o fato de ser um transtorno devido à água, os lugares que poderiam servir de abrigos, como estabelecimentos do comércio, possuem em sua grande maioria degraus, o que impossibilita, por exemplo, a entrada da pessoa com deficiência visual, ou ainda, a situação de ter que guiar a bengala, um guarda-chuva e ainda se preocupar com os possíveis bueiros destampados, buracos e elementos nas calçadas prejudicando sua passagem.

Isso nos remete a idéia de que o tempo gasto para a elaboração das leis e de regulamentos, de nada vale se não houver conjuntamente políticas para que essas leis de fato se tornem legítimas frente à população, no sentido de mostrar

a importância destas para que as pessoas com deficiência se incluam e deixem de ser marginalizadas devido a uma diferença. Caso contrário, a violência simbólica continua se perpetuando, e o próprio grupo em questão, continua com a idéia de que os seus saberes e práticas não representam e nem contribuem em nada. Além de ser necessária maior supervisão na implementação das leis criadas, para que de fato sejam postas em prática, deve-se trabalhar no sentido de alertar a população para uma sociabilidade solidária, nos termos do direito de cidadania.

No que concerne ao observado nos abrigos temporários, os cuidados devem ser aumentados, por tratar de uma situação preocupante, pois as pessoas, que já se encontram num estado de sofrimento, ainda terão que passar por um longo período de readaptação e, por isso, é sempre necessário que o grupo receba uma atenção especial. Deve-se sempre considerar medidas importantes como a existência de medicamentos, facilidade de acesso aos principais locais do abrigo, como dormitório, banheiro e refeitório, e que sejam, enfim, respeitadas as suas individualidades e privacidades.

Além disso, partindo do pressuposto que locais completamente acessíveis estão longe de existirem, principalmente em locais de menor renda (e onde 70% das pessoas com deficiência se encontram), cabe à Defesa Civil incorporar as idéias do cuidado sugeridas pelos teóricos da segunda geração do modelo social de deficiência, na sua gestão com relação aos desastres e, para isso, uma boa fonte para o fornecimento dessas mudanças seriam as próprias pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.
- BECK, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Orgs). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-71.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 1999.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006**. Relatório de Atividades. Brasília: SEDEC, 2007.
- _____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: CORDE, 2008.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de deficientes no Brasil, 2000**. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/lbge1.htm>>. Acesso em: 23 set. 2007.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

MARQUES, C. A. Implicações políticas da institucionalização da deficiência. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 62, p. 105-122, 1998.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, n.07, p.163-183, 2005.

_____. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 96-108, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

_____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. **Anais...**Brasília:ANPPAS, 2008.